

## VIAJANTES LUSOS EM TERRAS TROPICAIS: UMA QUESTÃO DE FRONTEIRA

Olga Maria Castrillon Mendes  
UNEMAT - Cáceres-MT



**Resumo:** Este artigo propõe compreender a relação Brasil/Portugal nos conflitos coloniais da delimitação da fronteira oeste de Mato Grosso a partir da análise das Cartas e Instruções dos administradores coloniais, entrevendo nelas não só um acervo de informações, mas o processo de apropriação da escrita construída em movimento.

**Palavras-chave:** Relato de viagem, arquivo, fronteira.

**Abstract:** This article proposes to understand the relationship between Brasil/Portugal at the time of colonial conflicts of Mato Grosso west frontier delimitation. The analyse material are Letters and Instructions from Portuguese Court. We see in them not about informations archive but the process of narrative appropriation construct in movement.

**Keywords:** Travel report, archive, frontier.

No que se refere às condições de produção mais específicas, a história do Brasil significou, num primeiro momento, a conquista do novo sem fronteiras (séculos XV e XVI). Depois, por meio de um projeto administrativo mais verticalizado, no século XVIII, apropriação com preocupações de limites e, conseqüentemente, a geração de conflitos que originaram uma série de acordos bilaterais. Pode-se dizer que é o início da construção de uma relação pautada em narrativas singulares de investigação sobre a constituição do mundo, quando Portugal passa a ressignificar o Brasil. Com que marcas vão se construir esses novos espaços?

O Novo Mundo, ao mesmo tempo em que se impõe como um acontecimento, uma novidade, uma atualidade, forma-se com os resquícios da velha civilização, que, a partir do movimento das conquistas, busca novas fontes econômicas. Paradoxalmente, as descobertas trarão a decadência para as nações peninsulares. Antero de Quental (1942), discursando no Cassino Lisboense quando da implantação da estética realista, desenvolve a idéia de que as conquistas foram um dos maiores males e de conseqüências mais funestas para os ibéricos. Tirou o povo da produção, que tornava os países mais exportadores, fabricantes de matéria-prima para o seu próprio sustento e o transformou em aventureiros dos mares. Teremos, então, um movimento humano pautado pelo desejo de dominação, pela cobiça e pela necessidade de *dilatar a fé e o império*, quando não há mais de onde tirar e para quem vender. O ideário de

industrialização já se faz sentir pelas migrações que constroem o novo cenário e as novas formas de conhecimento.

Nesse aspecto, Oliveira Martins (1909) acentua que, com o decorrer do tempo, o ouro das colônias leva as duas nações a abandonarem os interesses europeus, entregando-se ambas quase que exclusivamente ao ofício de explorar as suas possessões ultramarinas. E já não estariam ambas decadentes quando se “jogaram” ao mar?

Tais questionamentos sobre a nação que plasmou o povo brasileiro surgem como ponto nodal para a leitura do arquivo, cujo referencial de pesquisa leva-nos a conhecer os caminhos percorridos pelas nações ibéricas rumo às conquistas em novos mundos, inaugurando gestos de leitura que reorganizam o trabalho intelectual na relação da sociedade com a sua própria memória histórica. Daí se compreender o povo português que, de navegador costeiro, vocação voltada para a pesca de subsistência, utilizavam a navegação de modo a torná-la transoceânica. Essa passagem pode significar a necessidade da busca de autonomia de produção, marcada por um imaginário já construído. O indício disso é encontrado nos relatos que circularam na Europa desde o descobrimento da nova terra. São marcas de um discurso que Sussekind (1990) trata como *imagens prévias*, que vão subsidiar o discurso do viajante, cristalizando a visão do estrangeiro sobre o Brasil.

Povoas (1995, p. 55) diz da península que se projeta sobre o Atlântico, caracterizando o povo que se fez conquistador dos mares, numa situação



em que as condições geográficas de um país ou de uma região determinam os rumos de sua história. Determinação, eu diria, que não se dá pelo viés ideológico, mas pela visão da geografia como *prática social*. Uma história de estratégias políticas quando governar significava colocar-se a serviço do rei.

Desta forma, as condições geográficas, políticas e religiosas podem ser tomadas na perspectiva de manutenção da hegemonia do poder e do ideário vigente. O lugar visto como mecanismo da relação de poder, a geografia como *genealogia do espaço* (MORAES, 1987), caracteriza o país, atesta a sua existência, as suas fronteiras, os seus movimentos, criando condições de governabilidade. Essa mesma arte de navegar, iniciada no século XVI, passando à ciência náutica no início do XIX, imprime transformações nas conjunturas política, econômica e social dos países conquistadores, cujas posições são deslocadas à medida em que a mudança de lugar transforma os efeitos de sentidos que fazem o discurso funcionar.

O maravilhoso e o fantástico dos primeiros relatos cede espaço para novos *lugares de memória* (P. NORA, s/d), que são objetos de uma história possível. É ainda esse mesmo autor que vê nesses lugares o despertar de uma *consciência historiográfica*, mais precisamente, a do desenvolvimento nacional, conforme pretendemos ler no nosso material de análise e discutir neste artigo. A nossa proposta é, portanto, refletir sobre a constituição da relação Brasil/Portugal nas cartas de administradores coloniais de Mato Grosso, compreendendo como se formaram, pela narrativa oficial, as fronteiras brasileiras do século XVIII.

### A questão atravessa o oceano

Conhecer que a supremacia lusitana traz a noção de metrópole e a colônia é o lugar outro de fortalecimento e irradiação desse poder que domina e explora pode ser um veio para se conceber a construção dos limites ocidentais do Brasil no período colonial. Dessa forma, não há como não pressentir certo enfraquecimento dessa força irradiadora de centro que, na ótica de Oliveira Martins (op. cit.), traz conseqüências deletérias

inexoráveis para a nação ibérica. Esse acontecimento narrativo desloca limites, das fronteiras e da corte, consolidados somente a partir do século XIX, quando as relações entre os continentes transformam-se e re-organizam o mundo.

Uma transformação que faz o fluxo comercial dos metais das colônias imprimir o caráter da necessidade de expansão e marcar a força de um governo que promove a civilização em terras distantes, intensificando-se o controle absoluto da circulação de pessoas e de mercadorias. Instala-se uma outra tradição de sentido que caracteriza o discurso que *funda o sentido de Brasil* e cria uma nova tradição, ressignificando o que veio antes e instituindo uma outra memória. Desta forma, os discursos a serem analisados serão vistos como *fundadores* do Estado de Mato Grosso.

Para isso, aos objetivos da “fundação” imprime-se uma política de povoamento, incentivada pelos privilégios da Corte e pelas imagens pré-construídas no imaginário do povo, atestada pelos relatos que conclamam para a existência de um lugar de riquezas “com boas minas e de subido quilate que servem de grillhões aos homens” (LACERDA; ALMEIDA, p. 63). A partir desse chamado, quase que visceral, vai se plasmando o espírito mutante do viajante conquistador, no caso dos viajantes-cronistas, aqueles que registram e narram fatos, constroem mapas e caracterizam a figura do conquistador e do conquistado. E quem são esses homens que adentram os sertões para, entre tantos objetivos, escrever sobre o observado e o vivido?

Amado (1997) diria que são aqueles atraídos pela *sedução do outro* ou os que assumem o papel de serem úteis aos interesses do império português, ao mesmo tempo em que são levados pelo *ideal* de notoriedade e enriquecimento rápido. Facilitam a conquista pelas informações sobre os costumes, a geografia, forma de organização dos povos, etc., visando não só à construção, posse de terras e primeiras medidas administrativas, mas à consolidação de um sistema comercial e colonial.

João Antônio Neto (1982) esmiúça o conceito e, apoiando-se em Almir de Andrade, diz que tivemos, no período inicial da história do Brasil, cinco tipos de observadores sociais que, no caso específico do nosso estudo, podem ser vistos como

<sup>1</sup> *Alguns danos causados à Europa pela descoberta do Novo Mundo: reaparecimento da escravidão, constituição de uma aristocracia do dinheiro e conseqüente impossibilidade do desenvolvimento normal das classes, paralisação da história, formação de novas bases de apoio para a monarquia: “o trono outr’ora de ferro, torna-se de ouro...”* (p. 300-311).

os re-elaboradores dos efeitos de sentidos que correspondem ao fazer na colônia. O informante, empenhado em manter a Coroa Portuguesa em dia com os acontecimentos; o missionário, visando a fins religiosos e de catequese; o aventureiro, que enfrentava os perigos da terra à procura de sensações novas; o narrador, voltado para os interesses da terra e o naturalista, dedicado aos estudos científicos da natureza.

Essa classificação histórica parece caracterizar os viajantes/conquistadores por meio da diversidade de textos oficiais que respaldam diferentes significados no processo de formação da região. Penso que do simples informante ao naturalista/cientista há um percurso discursivo que traça o movimento da conquista pela prática social do registro que cria nossos arquivos. Nisso percebe-se o espaço de uma fase de atração que configura a imagem da terra que vai da imersão, numa outra cultura, para uma fase de construção do conhecimento dessa mesma cultura, definindo a hierarquia entre sujeitos do reino e habitantes da colônia. Em maior ou menor grau de adaptação ou submissão à Metrópole constituem traços de discursividade que configuram o imaginário da terra, pelo muito de ficção e exotismo/barbárie dos primeiros relatos e/ou de cientificidade e oficialidade dos últimos. Podemos ler em Amado (op. cit.) a caracterização desses observadores como *intermediários* de um processo de aproximação de dois mundos. São usados para a política de informação da Coroa, que podia ser de prestação de contas, de espionagem, de cartografia ou de relatos de viagem. Este último interessa-nos diretamente, porque temos pensado a viagem como constituidora da literatura. O viajante, qualquer que seja o seu objetivo, faz registros das observações que freqüentemente são transformadas, *a posteriori*, em dados ficcionais, ou seja, o registro da viagem funcionando como laboratório e gênese do texto literário.

Assim, o Brasil vai se configurando pelas mãos do narrador, que é o artífice das imagens e dos vários sentidos que surgem pelo movimento do homem, pelo *sentimento de não estar de todo* (CORTAZAR, 1974) e pela necessidade de imprimir um ideal de época.

### De viagens e instruções ou de como se relacionam os pontos distantes

Privilegiamos, para análise, dois universos dessa narrativa oficial. As Cartas de D. Antônio Rolim de Moura e D. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres<sup>2</sup>, respectivamente primeiro e quarto capitães-generais da Província de Mato Grosso, e as Instruções da Corte de D. João I e da Rainha Dona Maria I à época dos programas de delimitação da maior fronteira territorial do país, compreendendo os rios Guaporé e Paraguai, na faixa ocidental do Brasil<sup>3</sup>. Parecem ser textos que se dão entre o ato de narrar do cronista e do naturalista. Por serem oficiais, escritos por administradores da mais estreita confiança do reino, vão se revestir de uma determinada prática política para gerenciar, à distância, os interesses do povo conquistador. São constituidores de uma relação jurídico-administrativa que vai definir o Estado de Mato Grosso.

Procuro atingir a historicidade desses textos<sup>4</sup>, o modo de constituição e funcionamento apreendidos a partir da análise dos processos discursivos em suas múltiplas direções, numa tentativa de compreender os sentidos de um tempo e de um lugar, pela memória e por um arquivo passível de outras leituras. Afastados os efeitos de evidência, procuramos reconfigurar esse passado e os sentidos que ocorrem na sua pluralidade e/ou imutabilidade. Abordaremos as seqüências discursivas das Cartas de Rolim e de Albuquerque naquilo em que elas parecem ser mais

<sup>2</sup> Discuto a questão da relação Brasil/Portugal no artigo O discurso da relação de poder nas cartas de Albuquerque, publicado na Revista de Estudos Acadêmicos, Depto. Letras – Cáceres/MT - Nº 004/2000, pp. 51-60.

<sup>3</sup> É importante lembrar, neste contexto, a figura paradoxal do Marquês de Pombal, articulador político de confiança do rei, e emblema do Iluminismo português (Cf. MAXWELL, 1996).

<sup>4</sup> Esse material faz parte de obras já elaboradas. As cartas de Rolim de Moura são manuscritos compilados, transcritos e indexados pelo Núcleo de documentação e Informação Histórica e Regional da UFMT. As de Albuquerque compõem a obra "Uma Contribuição para a Sociologia da Biografia", de Gilberto Freyre (1978), com documentos colhidos na Casa da Insua, da família do administrador. Veio à luz por ocasião das comemorações do bicentenário das cidades de Cáceres e Corumbá, fundadas pelo luso-brasileiro como baluartes da segurança na fronteira do rio Paraguai.

significativas para o nosso estudo: a sua relação com as Instruções, enquanto origem e instrumento legal de todos os dizeres produzidos na colônia, para construir uma compreensão dos sentidos sobre fronteira, sujeitando-nos à linguagem, a seus equívocos e à sua opacidade. Colocando-nos frente a esse discurso que se produziu sobre Mato Grosso, interessa-nos, também, a construção do que se convencionou chamar de *fronteira*, os processos específicos de significação e a passagem de região alagada e indemarcável para Estado, numa tentativa de pensar a relação entre o viajante luso e o povo tropicalizado atravessado pelo processo colonial de apropriação da terra.

Desta forma, procuramos caracterizar um tipo singular de viajante: aquele que, formado dentro de princípios militares, tratam exclusivamente dos interesses da Corte<sup>5</sup>. Colocam-se para além dos aventureiros do início da colonização. Revestem-se, por ato legal de nomeação, para um papel determinado. São feitos administradores coloniais a serviço do rei e, ao mesmo tempo, exercem o papel de cientistas, participando diretamente das observações, mapeamentos e estudos minuciosos. Relatam o cotidiano da colônia, imprimindo nesse discurso o necessário grau de oficialidade, garantindo não só o seu funcionamento, como o de toda uma estratégia política de administração.

O resultado dessas anotações constitui o discurso oficial da relação entre os dois poderes: o central, de onde emanam as ordens reais, e o regional, que tem nos capitães-generais a representação máxima do sistema centralizador. Desta forma, a relação de poder subjacente à ação política é constitutiva do efeito que faz esse discurso funcionar.

Vistos desta forma, os documentos que tomo como escopo de análise condensam o sentido do seu próprio tempo. O século XVIII inscreve-se na passagem do maravilhamento dos primeiros observadores (informantes e aventureiros), para o registro da atestação do real (naturalistas), quando não cabem mais as fantasias e as lendas. Passagem do imaginário fantástico para o imaginário científico, derivado de diferentes relações de interlocução. É o período da explicitação e da descrição e atestação dos limites das terras conquistadas, balizado pelos ambiciosos objetivos comerciais e coloniais da metrópole.

### Entre Rolim e Albuquerque, a narrativa consolida a fronteira

Rolim de Moura narra em suas “Relações” e nas “Cartas” às instituições superiores. Narra para traçar limites e construir outra memória. Albuquerque narra e descreve, em situação oficial, para além do simples traçado de limites. Produz o discurso para consolidar. Essa variedade narrativa pode ser vista como sintoma da estrutura vigente na época, relacionada ao acontecimento colonial de avanço e de posses. Em outras palavras, sentidos produzidos pelo colonizador que ficam marcados no/pelo discurso produzido. Parece solidificar uma retórica vista como construção historicamente determinada de formas de discurso, que correspondem à forma de construção do país. Representam a imagem da terra. São minuciosas, servindo não só de fontes de informação, mas de pontos precisos para os traçados dos mapas e as conseqüentes estratégias de ocupação. Podemos dizer que tais textos pretendem não só explicar os fatos do Novo Mundo, dando conta de estabelecer a relação do colonizador com o colonizado, mas dar cunho científico e efetivar atos políticos e administrativos da colônia. Ao relatar, re-interpretam o que está posto. Apropriam-se do já nomeado, criando um novo espaço discursivo que toma o lugar do já existente.

Por esse discurso, que vai se construindo ao longo do tempo, é que entramos na história da constituição da fronteira oeste de Mato Grosso, para compreender os sentidos trazidos pelos acontecimentos e restabelecer os implícitos, os não-ditos e os estereótipos. Esses acontecimentos reclamam sentidos que dão conta da importância estratégica de Mato Grosso atestada nos documentos, trazendo a imagem dos administradores coloniais como figuras talhadas, pensando aqui em ‘talhe’, porte, que no texto oficial aparece como de profunda erudição e perfeição de espírito. Correa Filho (1926), historiando sobre a formação do Mato Grosso colonial, escreve que os capitães-generais eram individualidades que sabiam atuar com descortino e exemplar dedicação, conforme as conjunturas, que “raramente poderiam aguardar as difíceis

<sup>5</sup> Os traços biográficos de Rolim (cf. MOURA, 1982) e de Albuquerque (cf. FREITAS BARROS, 1952 e FREYRE, 1978), nos dão a conhecê-los como figuras de excepcional formação cultural e militar. Luiz de Albuquerque, por exemplo, descende de ‘soldados afamados’.

comunicações com Lisboa, pois, acostumados com as estreitezas dos domínios portugueses sentiam-se ‘esmagados’ pela capitania tão vasta, tão inculca”. Daí, talvez, a criação do imaginário de terra distante e de ‘sertão’ inóspito e impenetrável que percorre os relatos e os textos de ficção da segunda metade do século XIX.

Assim, o administrador local representa a extensão da voz do centro polarizador das ações. Ao funcionar como substituto da palavra do rei, representado nele, institui-se, discursivamente, como espaço do diferente, afetado por uma outra ordem do real. De modo ambíguo, ao ser nomeado para o cargo, passa a falar em nome do rei ao mesmo tempo em que é o vassalo leal, com poderes limitados pela Instrução e pela própria formação. Explica-se, por outro lado, o discurso político do representante do poder central que se caracteriza por uma retórica de apropriação, quando o administrador toma o lugar daquele que o submete, dadas as condições que o legitimam. Pode-se ver, pelo enunciado abaixo, que a fala do administrador é determinada por efeitos vindos ‘de fora’:

Fareis frequentar, quanto possível a navegação e a pesca do rio Guaporé, para que não torne vigor com a negligência de nossa parte, pretensão em que tem entrado os espanhóis de assenhorear-se eles (...) deveis ter cuidado em que não se abandone por isso o trânsito de canoas que ao presente se pratica do Cuiabá para São Paulo, pois por muitas e importantes regiões convém conservar-se frequentado pelos meus vassallos aquele sertão (Instrução da Rainha para Rolim de Moura) (grifos meus).

O esforço de manter o movimento na fronteira é ‘conveniente’ para enfraquecer o outro lado confinante. De certa forma, parece ser o que funciona como estratégia. Ao governador cabe assegurar a frequência dos atos (navegação, pesca, trânsito de canoas...) para caracterizar o domínio. Significa dizer que sobre os seus ombros recai o encargo (obrigação) de cumprir tais determinações, frutos de cláusulas tácitas dos acordos no espaço do jurídico. Tal funcionamento se presentifica na estratégia de apropriação desses espaços. Nas povoações que vão surgindo, o

cuidado está no armamento dos homens para conter o avanço do outro com vigor, procurando que andem quanto possível exercitados e disciplinados. Os locais se transformam pelas construções das fortalezas de defesa (Príncipe de Beira, no Guaporé), pelos presídios (Miranda e Nova Coimbra, na parte sul). Estruturas que fixam o lugar e a memória.

Essa condição faz pensar que a constituição da fronteira é, acima de tudo, ato de legalidade política: deveis ter cuidado, fareis frequentar, convém conservar-se frequentado. É algo a ser respeitado pela eficácia do imaginário. Entretanto, não se respeitaram os ‘tratos’ em todo o processo de manutenção dos limites das posses das terras conquistadas. A questão do (des)respeito ao que está registrado é determinado pelos papéis pré-estabelecidos. Os administradores, em suas singularidades de homens afeitos ao serviço real, cumprem o que está determinado, embora se verifique nas correspondências sintomas de ação individualizada, funcionando o livre arbítrio.

Por isso, Luiz de Albuquerque destaca-se no cenário histórico-social como homem de descortínio, pois levou o exercício da diplomacia em todas as suas extensões, o que lhe valeu as glórias de anexar à cartografia nacional a maior extensão territorial conquistada no período, conforme reza em sua Carta a Pombal: “(...) seria hum prejuizo certo e muito consideravel o estabelecer huma obra semelhante que deve ser de solidez e duração num sitio que inundará completamente nas cheias grandes (...)”, que produz um deslizamento do que é prescrito pela Instrução. Nos relatos oficiais que circularam no Mato Grosso colonial, cria-se um espaço fechado entre dois pontos geograficamente distantes.

Entre as Instruções emanadas da Corte para a colônia e as Cartas (narradas e descritas) dos administradores e cientistas não há contraste, mas gesto de reconhecimento, necessidade de unificação consecutivos por Rolim e Albuquerque. Ambos realizam o dizer do rei, mas com deslize, fato que garante a criação e a manutenção do seu próprio poder como soberano na colônia. Desta forma, podemos vê-los como figuras representativas do lugar específico do processo de domesticação na relação do político com o jurídico, mediando o sentido da fronteira.

<sup>6</sup> A formação dos capitães-generais nos é dada conhecer também pela carta-instrução de 13/8/1771, que Melo e Castro encaminha a Albuquerque: as luzes que V.S. adquiriu na Praça de Almeida, lhe servirão de grande socorro para distinguir os bons dos máos castelhanos (cf. Virgílio Correa F<sup>o</sup>, 1926).



Pelos textos dados a conhecer compreende-se a importância que Portugal dava à fronteira pelo rio Guaporé, referida neles como “chave e propugnáculo do sertão do Brasil”. Institui a relação administrativa da Corte com o ponto mais longínquo. Extremos que se tocam por interesses determinados: lugar onde conhecimento e discurso se juntam a serviço do Estado.

Estar na fronteira não é só estar nos limites geopolíticos de uma região. Daí termos o administrador sujeito ao juridicamente determinado pela Instrução, que produz o efeito de sustentação mútua dos discursos produzidos na colônia.

Desta forma, pode-se considerar, à guisa de conclusão deste artigo, que o paradigma dos relatos de viagem com o qual os ficcionistas e historiadores dialogam não é somente o de aventureiros e tampouco os do tipo imaginoso, como por exemplo, os de Hans Staden. Os relatos oficiais constantes das Cartas e Instruções podem se constituir em minuciosos inventários escritos ao sabor dos acontecimentos ou de interesses comerciais determinados. Formam-se “interlocutores preferenciais de uma prosa que se desejava capaz de definir o próprio país, inventariar suas paisagens e populações, mapeá-lo, enfim” (SUSSEKIND, op. cit., p. 60). Vemos que essa tendência ao gênero surge a partir do século XVIII e começa a ter força no XIX, quando seria praticado com maior intensidade, garantindo o período inicial da ficção brasileira.

Parcialmente, considera-se que a correspondência oficial constrói narrativas que se sustentam mutuamente, tocam-se nas semelhanças e diferenças configurativas da fronteira, inscrevendo-se no que poderíamos denominar de discursos da soberania de um país estabilizado dentro de uma relação colonial, constantemente atravessado por outros sentidos que são produzidos em situação regulada pelo conhecimento afetado sócio-historicamente. As Cartas constroem-se no plano da oficialidade do político – cumprem o preceituado na Instrução e dão conta das ordens emanadas delas através dos planos e dos relatórios. As Instruções ficam no plano do jurídico-administrativo, preceituando as linhas mantenedoras das ações na colônia.

As distinções nos possibilitam perceber especificidades das vozes. Ambos falam de lugares diferentes, mas não de modos diferentes. Duas posições que multiplicam significativamente os exemplos de gênero a partir do momento em que

são definidas as fronteiras entre a escrita voltada mais para o literário e os diários e narrativas voltados para o ‘científico’, numa figuração inicial do narrador caracterizado como viajante oficial e no tipo de relações possíveis entre o relato oficial e a possibilidade da crônica, voltados para a função de ‘ilustrar’. Importa não só a experiência que deve guardar as marcas do que acabou de experimentar, mas o relatório circunstanciado, o registro escrito, as correções nos mapas e nas cartas. Em outras palavras, vale o vivido transformado em escrita no calor do movimento, a escrita ao ritmo da viagem (escrita-em-trânsito) que faz rever os sentidos colonialistas que ainda nos atravessam, refletindo um mundo de ilusórios discursos de igualdade e de liberdade.

A compreensão de parte do material escrito por viajantes, em missão administrativa ou científica, poderá contribuir para o estudo da formação da literatura de Mato Grosso e da constituição do narrador de ficção, permitindo estabelecer variados lugares de compreensão do processo de identidade nacional, neste caso, Mato Grosso como ponta-de-lança do processo de apropriação da escrita em movimento e da formação emergencial do arquivo para se preservar os lugares de memória estabelecidos pelo discurso.

Aceito em 20/06/2006.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Janaína. “La séduction de l’autre: premiers intermédiaires de l’Empire portugais”. In: *Naissance du Brésil moderne. 1500 – 1808. Colloque de l’Institut de Recherches sur les civilisations de l’Occident Moderne*. Sorbonne Les 4 et 5 mars, 1997.

ANTERO DE QUENTAL. “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”. Discurso pronunciado na noite de 27 de maio, na sala do Cassino Lisbonense. In: *Prosas escolhidas*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1942.

CORREA FILHO. Virgílio. *As raias de Mato Grosso. Fronteira Oriental*. São Paulo: Secção de obras d’O Estado de São Paulo, 1926. v. 2.

CORTÁZAR, Julio. Del sentimiento de no estar del todo. In: \_\_\_\_\_. *La vuelta ao dia em ochenta mundos*. 1992. México Siglo XXI. Editores S.A., 1967. Tomo 1.



- FREITAS BARROS, J.C. *Um quadro e uma figura: o Mato Grosso e Luís de Albuquerque*. Excerto de uma conferência que devia ser proferida em São Luís de Cáceres (Brasil) pelo autor. Lisboa, 1952.
- FREYRE, Gilberto. *Contribuição para uma sociologia da biografia: o exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso (em comemoração ao bi-centenário de fundação das cidades de Corumbá e Cáceres), 1978.
- LACERDA E ALMEIDA, Francisco José de. *Diários de Viagem*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MENDES, Olga Maria Castrillon. *Nas raias de Mato Grosso: o discurso de constituição da fronteira*. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP, 2000.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Foucault e a geografia. In: TRONCA, Italo (org.). *Foucault vivo*, Campinas-SP: Pontes, 1987.
- MOURA, Carlos Francisco. *D. Antonio Rolim de Moura: primeiro Conde de Azambuja (biografia)*. Cuiabá: UFMT - Imprensa Universitária, 1982.
- NETO, João Antônio. *Abordagem à Literatura de Mato Grosso*. Revista Educação em Mato Grosso, n. 15, 1982.
- NORA, Pierre. "Entre Memoire et Histoire: la problématique des lieux". In: G. Lipovestkl. *L'ére du vide*. Garnier, Flamarion, s/d.
- OLIVEIRA MARTINS, J.P. "Causas da decadência dos povos peninsulares". In: *História da civilização Ibérica*. 5 ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 1909.
- PÓVOAS, Lenine Campos. *História Geral de Mato Grosso: dos primórdios à queda do Império*. Cuiabá: L. C. Póvoas, 1995. v. 1.
- SUSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.